

A concepção durkheimiana de regulação moral da economia

José Benevides Queiroz

Professor da UFMA

Para Durkheim, como a moral torna possível a vida social, é inverossímil pensar qualquer aspecto da sociedade que dela prescindia. A partir de tal referencial, mesmo nunca tendo tido o fenômeno econômico como objeto central de suas investigações, o sociólogo desenvolve reflexões sobre os economistas e, principalmente, sobre a vida econômica de fins do século XIX e início do século XX. Nosso trabalho sistematiza o pensamento econômico de Durkheim e discute alcances e limites de sua proposta para superar o estado de anomia em que a economia se encontrava. Como mostraremos, ele defendia a necessidade de submeter a economia a uma regulação moral.

Palavras-chave: Durkheim, anomia, regulação, economia, moral

For Durkheim, as morals make social life possible, it is implausible to consider any aspect of society that dispenses of morality. Based on that reference, **The Durkheimian Concept of Moral Regulation of the Economy** demonstrates that, even without ever having discussed economics as the central theme of his investigations, the sociologist actually develops thoughts about economists and, especially, about the economic life of the late 19th and early 20th centuries. Our work systematizes Durkheim's economic thought and discusses the scope and limits of his proposal to overcome the state of anomie in which the economy found itself. As we show, he defends the need to subject the economy to moral regulation.

Keywords: Durkheim, anomie, regulation, economy, morals

No Brasil, é recorrente a obra de Durkheim ser estudada e discutida sem ser contextualizada, e muito menos vinculada organicamente à realidade no interior da qual foi concebida e desenvolvida. Ao que parece, seu método, em razão da ênfase que dá à objetividade, induz a que se perca de vista esses aspectos. Porém, à medida que se procede de modo inverso, é possível verificar como sua obra estava em sintonia com os problemas de sua época, chegando, em certos momentos, a se engajar na discussão e/ou na busca de solução para eles. Esse foi o caso da economia. É fato que Durkheim nunca produziu um estudo específico que tivesse como objeto a realidade econômica de sua época. Também não teve nenhuma preocupação em definir a natureza do fenômeno econômico e o que o caracteriza. No entanto, em diversas obras, ele ressaltou a amplitude e a importância que ele passou a ter na sociedade moderna, diferentemente do que acontecia nas tradicionais. Isso pode ser verificado nas análises que elaborou sobre o estado em que se encontrava

Recebido em: 01/11/10

Aprovado em: 03/12/10

a economia, particularmente na França, e os meios que apontou para superar os problemas que identificava nessa dimensão da vida social. O presente trabalho sistematiza e pretende desvelar aquilo que se poderia denominar de *o pensamento econômico de Durkheim*, e também analisa a validade de suas propostas a partir da hipótese de que ele almejava a (re)moralização da economia.

1. O contexto socioeconômico

O ambiente que envolveu a reflexão de Durkheim, a sociedade francesa de fins do século XIX, mais especificamente seu último quartel, foi marcado por uma profunda transformação da realidade. Na verdade, pode-se afirmar que foi naquele momento que, de fato, emergiu a França moderna. Somente aí, com a instauração da III República (em 1870), acreditou-se na consolidação plena dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade (BOUJU e DUBOIS, 1967, p. 21). A reforma escolar expressou de modo cristalino esse espírito de época: por um lado, ao tornar o ensino público e obrigatório, criou um mecanismo que pretendia ser o ponto de partida para a oportunidade comum e igual para todos; por outro, ao institucionalizar a escola laica, tornou real a separação do Estado em relação à Igreja¹.

Essa nova realidade política e institucional do Estado francês consubstanciada pela III República, no entanto, não se fez por si só. Ela se constituiu em consonância e intimamente vinculada à profunda transformação econômica ocorrida justamente a partir da década de 1870. De modo geral – pode-se afirmar –, esse foi o momento em que o país deixou definitivamente de ser agrário para se constituir em uma potência industrial.

A importância que a indústria passou a ocupar no interior da economia, embora tardiamente em comparação com a Inglaterra e sua Revolução Industrial, não foi alcançada aleatoriamente, baseada, por exemplo, em tentativas empíricas. O vigoroso desenvolvimento industrial francês teve por fundamento o conhecimento técnico-científico, que, retirado dos laboratórios, foi aplicado aos diversos ramos da produção. (Idem, p. 53). Segundo Levasseur (1907, p. 918),

todas ou quase todas as grandes indústrias adotaram a ciência dos meios de produção aperfeiçoados: ferramenta mecânica, energia elétrica, reativos químicos, que aumentaram o poder do trabalho, multipli-

1 “Quanto ao ensino primário, ele recebeu progressivamente seu status por uma série de leis e de decretos estabelecidos de 1881 a 1886. Sucessivamente, ele foi declarado gratuito, obrigatório – sob a responsabilidade dos pais – laico, enfim, nos seus programas e no seu corpo docente, cujo recrutamento foi organizado”. (BOUJU e DU-BOIS, 1967, p. 34)

caram os produtos e reduziram o custo de produção. A máquina, grande ou pequena, poderosa ou engenhosa, foi introduzida em todos os setores, substituindo o trabalho manual até mesmo na oficina familiar.

A moderna indústria francesa, assim, nasceu tomando a ciência como sua principal e direta força produtiva. O atraso em relação a outros países explica por que esse caminho adotado foi fundamental naquele momento.

O impacto e a transformação que essa nova fase da indústria francesa provocou sobre a economia foram notórios. O vertiginoso aumento na geração de riqueza, bem como outros aspectos, evidencia isso: nos últimos 30 anos do século XIX, por exemplo, a produção de carvão triplicou e a da metalurgia dobrou, enquanto “a força motriz a vapor empregada pela indústria sextuplicou” (Idem, p. 919.). Por outro lado, mesmo que sejam realçadas as experiências alemã e inglesa em contraposição, o ritmo de mudança da economia francesa pode ser verificado no intenso processo de concentração – de capital e trabalho – ocorrido nas principais indústrias durante a década de 1890. Segundo Bellamy, “apesar da depressão da década de 1880, entre 1886 e 1896 a força de trabalho das indústrias manufatureiras aumentou em 50%” (BELLAMY, 1994, p. 113).

Esse impulso da economia francesa, no entanto, não se restringiu ao setor industrial. Outros, direta ou indiretamente vinculados a ele ou ainda independentes, conheceram igual crescimento. O transporte ferroviário, fator vital no desenvolvimento econômico daquele momento, de 1869 até 1905, teve aproximadamente um aumento de 24 mil Km em suas linhas férreas, ou seja, um crescimento de 160% (LAVASSEUR, 1907, pp. 919-920). O sistema de comunicação, outro setor fundamental, apresentou, do mesmo modo, uma rápida transformação: os correios, entre 1869 e 1904, não só reduziram em mais de 60% os custos postais e aumentaram em mais de 300% o volume de correspondências, como também incorporaram e expandiram o serviço telegráfico, em 1876, e o telefônico, em 1889 (Idem, p. 920).

Em resumo, o intenso e contínuo desenvolvimento dos diversos setores de produção e de serviços mudou radicalmente a realidade econômica francesa, o que contribuiu para sacramentar, ao mesmo tempo, tanto o ideal republicano quanto suas relações sociais no quadro da modernidade.

2. O estado da economia na avaliação de Durkheim

A consolidação de tal realidade não fez Durkheim hipostasiar o progresso, tomando o desenvolvimento econômico como algo positivo em si – a despeito da pecha de evolucionista que muitos comentadores lhe atribuem. Em suas principais obras, por meio de inúmeros exemplos – no estabelecimento da divisão do trabalho, no aumento do número de suicídios –, ele mostrou que tais mudanças nem sempre proporcionam felicidade ou bem-estar². Além do que, por paradoxal que pudesse parecer, o próprio *boom* francês reforçava essa avaliação: por um lado, o crescimento econômico anteriormente aludido foi continuamente sacudido por crises; por outro, o renascimento do movimento operário nos anos 1880 expressava o descontentamento de metade da população com suas condições de vida e trabalho.

A partir dessa perspectiva, mesmo que não fosse de modo sistemático, Durkheim tomou um claro posicionamento em relação ao estado em que a economia se encontrava. Em vários momentos de sua obra, principalmente nos primeiros textos e livros, é possível se deparar com observações e análises percucientes dos mais diversos aspectos econômicos. Em geral, essas avaliações demonstravam a amplitude e a importância que a economia passou a ter na modernidade.

No início do famoso “Prefácio à segunda edição” de *Da divisão do trabalho social*, por exemplo, deparamo-nos com uma análise de amplitude pouco desprezível, na qual o autor expressa sua preocupação com o que constata. Ele avaliava que se se tentasse

2 Segundo Durkheim, contrapondo-se à concepção formulada por Spencer, “para que a necessidade de uma maior felicidade pudesse explicar o desenvolvimento da divisão do trabalho, teria sido preciso que ela tivesse sido também a causa das transformações que progressivamente se realizaram na natureza humana, bem como teria sido preciso que os homens se tivessem transformado a fim de se tornarem mais felizes”. (DURKHEIM, 1967, pp. 219-220)

fixar numa linguagem um pouco definida as ideias correntes sobre o que devem ser as relações do empregador com o empregado, do operário com o empresário, dos industriais em concorrência uns com os outros e com o público, que indecisas fórmulas se obteriam! (...) Além disso, a maior parte destas prescrições está despojada de qualquer caráter jurídico. (...) O êxito absolve tão frequentemente os atos mais condenáveis, que o limite entre o que é permitido e o que é proibido, o que é justo e o que não é, não tem nada fixo, mas parece poder ser deslocado quase arbitrariamente pelos indivíduos. Uma moral tão imprecisa e tão inconsistente não poderá constituir uma disciplina. Daí resulta que toda esta esfera da vida coletiva está, em grande parte, subtraída à ação moderadora da regra. (Idem, pp. II-III)

Aqui, diversos aspectos da vida econômica moderna eram apresentados: a relação de trabalho, a concorrência intercapitalista, o mercado, a situação do consumidor, etc. Durkheim não se contentava em descrever a realidade; ele também emitia um juízo sobre ela. Depreende-se que, segundo sua avaliação, a sociedade encontrava-se em meio a um impasse, pois eram débeis ou inexistentes os mecanismos capazes de regulá-la. Essa realidade, normal para os economistas, pois eles a compreendiam como um fator dinamizador do desenvolvimento, Durkheim identificava como o principal elemento gerador das crises periódicas e das incertezas que envolviam a vida diária.

As necessárias regras por ele aludidas não eram de natureza técnica ou utilitária. Como sabemos, estas abundam com o desenvolvimento técnico-científico moderno. Antes, eram de natureza moral.³ No plano econômico, Durkheim chegava mesmo a ressaltar que, mais que imprecisas e inconsistentes, essas regras morais estavam ausentes. Ele expressava tal compreensão fazendo os seguintes questionamentos:

Por que não teriam estas últimas [*as relações industriais e comerciais*] a necessidade de sofrer influência moral? Em que pode tornar-se a moralidade pública se a ideia do dever está tão pouco presente em toda essa esfera tão importante da vida social? Há uma moral profissional do sacerdote, do soldado, do advogado, do magistrado, etc. Como poderia deixar de haver uma moral para o comércio e para a indústria? (DURKHEIM, 1997, p. 67)

Por que a ascensão da economia no interior da vida social, aí se tornando hegemônica, ocorreu prescindindo das normas, regras, ou seja, da moral?

Durkheim sugeria que, até a Idade Média, em razão de as corporações de ofício e o mercado serem locais, baseados na comunidade, a função econômica era regulamentada. As coisas teriam começado a mudar no século XV: os ofícios ficaram sob o domínio exclusivo dos mestres, que passaram a exercer controle sobre o processo produtivo e os companheiros. Estes foram perdendo de vista qualquer perspectiva de poder futuro na produção. A conclusão desse processo ocorreria no século XVII, com o advento da grande indústria. Com esta, o papel e a importância da economia foram redefinidos no interior da sociedade. Isso ocorreu porque, à

3 Em *Sociologia e filosofia*, Durkheim estabelece o que difere as regras técnicas e utilitárias das regras morais: enquanto as primeiras são sintéticas, as segundas são analíticas; ou seja, enquanto nas primeiras as sanções estão ligadas imediatamente ao próprio ato transgressor; nas segundas, as sanções dependem de fatores baseados no costume, na cultura, na crença na religião, e, por isso, são históricos (DURKHEIM, 2002, pp. 60-61).

medida que se desenvolveu, a grande indústria foi se tornando independente das comunidades e dos mercados locais. Dessa situação resultou que, pouco a pouco, a função econômica foi se autonomizando e deixando de ser regulada. Segundo Durkheim, uma vez nascida,

ela não tinha nada de particularmente urbano, não podia submeter-se a um sistema que não tinha sido feito para ela. Em primeiro lugar, ela não era localizada em uma cidade; pode mesmo estabelecer-se fora de qualquer aglomeração, rural ou urbana, preexistente; ela procura somente o ponto do território em que melhor possa abastecer-se e donde possa irradiar o mais facilmente possível. Depois, o seu campo de ação não se limita a nenhuma região determinada; sua clientela recruta-se por todo o lado. (Idem, p. XXVI).

Assim, a grande indústria tornou a produção mais flexível e com maior mobilidade. Ela não estava mais vinculada a um determinado espaço ou local, o que fez com que perdesse todo tipo de obrigação para com uma determinada comunidade, podendo se instalar em qualquer lugar e voltar sua atividade para qualquer direção.

Na verdade, o que ocorreu foi que, com a emergência da grande indústria, resultando em um aprofundamento da divisão do trabalho, não houve uma modificação nos quadros normativos da função econômica. As regras existentes mostravam-se limitadas e obsoletas, pois correspondiam à situação anterior. Desse modo, urgia a constituição de novas normas, capazes de regulamentar tanto o desenvolvimento e o funcionamento do processo produtivo quanto a dinâmica do mercado.

No entanto, essa regulamentação inexistia no século XIX. Para Durkheim, a função econômica encontrava-se em completo estado de anomia. Até aquele momento, nenhuma instituição ou organização havia esboçado alguma preocupação ou formulado quaisquer instrumentos que pudessem restabelecer a ordem naquela instância da vida social. Tinha falta, de acordo com sua avaliação, era expressada

pelas crises industriais ou comerciais, pelas falências, que são outras tantas rupturas parciais da solidariedade orgânica; elas testemunham, com efeito, que, em certos pontos do organismo, certas funções sociais não se ajustam umas às outras. Ora, à medida que o trabalho

se divide mais, estes fenômenos parecem tornar-se mais frequentes, pelo menos em certos casos. De 1845 a 1869, as falências aumentaram em 70%. Todavia, não se poderia atribuir este fato ao acréscimo da vida econômica, porque as empresas concentram-se muito mais do que se multiplicam. O antagonismo do trabalho e do capital é um outro exemplo marcante do mesmo fenômeno. À medida que as funções industriais se especializam, a luta torna-se mais viva, e nem de longe a solidariedade aumenta. (Idem, pp. 344-345)

Observe-se que a causa do problema não era diagnosticada no crescimento econômico em si. As crises não eram compreendidas como inerentes ao sistema industrial ou à concorrência que o mercado implicava. Por seu turno, a contradição entre trabalho e capital não nascia do confronto de interesses opostos, pois o conflito não era algo intrínseco a essa relação. O que ocorria era que esses diversos níveis da economia funcionavam desconexos entre si e às cegas, nada os orientando ou disciplinando.

Essa interpretação é corroborada por um texto que Durkheim escreveu em 1893, mesmo ano em que publicou *Da divisão do trabalho social*. Nele, o autor precisava mais claramente o motivo da situação em que se encontrava a economia. O grande problema era seu estado de difusão, que se manifestava em dois níveis. Primeiramente, segundo ele, as funções econômicas

são difusas no sentido de que elas não têm por substrato nenhum órgão definido. Com efeito, as empresas concorrentes, consagradas a um mesmo objeto ou a objetos semelhantes, não estão agrupadas de maneira a formar, no interior da sociedade, um todo com alguma unidade. Não há uma empresa única e coletiva, ramificando-se nas diferentes regiões, e encarregada, para todo o país, da exploração das minas de carvão, por exemplo, ou da produção de cereais, ou da fabricação de tecidos, etc. Cada empresa particular é totalmente independente das outras. (DURKHEIM, 1987, pp. 230-231)

As empresas existiam, nessa perspectiva, de modo atomizado no que dizia respeito ao fim que cada uma buscava. As relações ocorriam, não por motivos convergentes, mas por razões excludentes. No estado em que se encontrava a economia, era impossível que elas conseguissem se organizar visando ao bem comum de todas.

O estado de difusão compreendia também outro aspecto. Neste, as funções econômicas eram também difusas em virtude de não estarem

vinculadas ao órgão regulador central, quer dizer, ao Estado. Sem dúvida, elas não estão subtraídas de toda influência social; nós já mostramos como o direito exercia sobre estes tipos de relações uma ação moderadora. Mas esta ação é, ela própria, difusa. O legislador definiu o tipo normal de troca dentro das principais combinações de circunstâncias que se revelam ao longo da experiência habitual. De fato, este tipo se impõe aos mercadores na maior parte dos casos; contudo, eles continuam livres para descartá-los de um acordo comum e o Estado não intervém diretamente para constrangê-los e submetê-los. Não há um corpo especial de funcionários encarregados, com uma autoridade mais ou menos extensa, para administrar a vida econômica. (Idem, pp. 232-233)

Além de não ter conhecimento do funcionamento das empresas, aqui o Estado era apresentado como um órgão ainda desprovido de capacidade para intervir na economia. O pouco que agia nesse sentido mostrava-se ineficaz e sem efeito. Na verdade, nem juridicamente nem materialmente a máquina estatal tinha como atuar sobre a economia. Nenhuma de suas partes estava voltada para tal tarefa. Em síntese, o Estado era completamente omissos em relação a essa esfera da vida social.

3. A (re)moralização como solução

Apesar de seu método objetivo, Durkheim não deixou de discutir as possibilidades de superação dessa realidade. E não apenas isso. As concepções e as medidas propostas para a economia também foram objetos de suas análises.

3.1. A incapacidade do pensamento econômico

No que se refere à visão dos economistas, em particular à dos clássicos, Durkheim reconhecia suas contribuições, mais particularmente a de ter primeiro produzido um conhecimento objetivo sobre a vida social. Contudo, o pensador chamava a atenção para o fato de que era necessário não exagerar no mérito conferido aos economistas. Apesar da inovação que eles haviam

introduzido no estudo dos fenômenos sociais, eles não levaram às últimas consequências a concepção de ciência positiva que pressupunham fundamentar suas teorias. Paradoxalmente, mesmo afirmando que as leis econômicas eram naturais,

eles tomavam a palavra em um sentido que diminuía seu alcance. Com efeito, segundo eles, não há de real na sociedade senão o indivíduo; é dele que tudo emanava e em sua direção tudo retorna. Uma nação é um ser nominal, é uma palavra que serve para designar um agregado mecânico de indivíduos justapostos. (...) O indivíduo é, portanto, a única realidade tangível que o observador pode atingir, e o único problema que a ciência pode levantar consiste em procurar como deve o indivíduo, dada sua natureza, conduzir-se nas principais circunstâncias da vida econômica. (DURKHEIM, 1987, p.84).

Verifica-se aqui que, para Durkheim, o aspecto objetivo da vida social concebido pelos economistas caía por terra. Isso porque, ao estabelecerem o indivíduo como fundamento, perdiam de vista a objetividade e só conseguiam visualizar os interesses subjetivos de cada pessoa como móveis. Com isso, a sociedade deixava de ter uma dinâmica própria e não mais se podia considerá-la um ser *sui generis*. Além do que, essa falta de objetividade do objeto, ao mesmo tempo inviabilizaria também a constituição de um conhecimento científico (positivo) sobre ele.

No entanto, cabe lembrar que essa ênfase no indivíduo em detrimento do coletivo não aparecia para Durkheim somente como um problema de ordem científica. Ela também apresentava um componente político-prático que muito o preocupava: a hegemonia liberal, a idolatria do indivíduo, pelo menos na França, era real e tinha sérias e concretas repercussões na vida social⁴.

Na verdade, em relação ao pensamento econômico, a realidade francesa era muito singular, contrastando-se com as dos demais países. Enquanto já dava mostras da falta de vigor na Alemanha e na própria Inglaterra, perdendo muito de seu poder, segundo Durkheim, o liberalismo dos economistas ortodoxos mantinha em seu país uma “potente influência” (DURKHEIM, 1975, p. 268). Denominados por Schumpeter como o Grupo de Paris⁵, eles

4 Nesse ponto, embora não seja esse o objeto do presente artigo, cabe ressaltar que a crítica de Durkheim aos economistas, por conceberem a sociedade a partir do indivíduo e centralizarem seus estudos em torno dele, não o fazia desconhecer que a individualidade é um fenômeno social. Pelo contrário. A partir de seus estudos e pesquisas, ele mostrou em diversos textos e livros que a individuação e a individualidade – como valor moral – decorrem do processo de socialização e são elementos estruturadores da modernidade. Em “O individualismo e os intelectuais”, por exemplo, Durkheim afirma que “não só o individualismo não é a anarquia como é, a partir de agora, o único sistema de crenças que pode garantir a unidade moral do país [no caso, a França]” (DURKHEIM, 1987, p. 270).

5 Do Grupo de Paris, “os maiores nomes foram Paul Leroy-Beaulieu, Courcelle-Seneuil, mais uma vez Lavasseur, o infatigável Gustave de Molinari, Yves Guyot, Maurice Block e Léon Say” (DURKHEIM, 1975, p. 268).

controlavam o *Journal des Économistes*, o novo dicionário, a organização profissional central em Paris, o Collège de France e outras instituições, além da maior parte da publicidade – isto em grau tão elevado que a maioria dos seus oponentes científicos ou políticos começaram a sofrer de um complexo de perseguição. (SCHUMPETER, 1964, p.114)

Assim, a partir dessa posição de força, eles combatiam não só o socialismo, mas também, não sem muito sucesso, “todos os planos de reforma social e interferência estatal de qualquer tipo” (Idem).

Assim como o socialismo, essa hegemonia liberal, segundo Durkheim, por não se fundamentar em conhecimento científico algum, expressava um sintoma: economia desregulamentada, desprovida de regras morais. Ela, mesmo não sendo sua causa, legitimava esse estado de coisas. As consequências disso eram, para ele, extremamente danosas.

3.2. Os limites para a ação do Estado

Para Durkheim, a incapacidade até então apresentada pelo Estado para intervir na economia decorria da distância que o separava dela. Essa distância ocorria de duas maneiras: material e funcionalmente. No primeiro caso, era resultante da vastidão das atividades econômicas, que fugiam à compreensão e se tornavam inalcançáveis ao Estado, mesmo este estando em processo de crescimento. No segundo, ela decorria do fato de o Estado ainda ser, de modo preponderante, deliberativo, o que não lhe proporcionava nenhum mecanismo de ligação com a economia.

Essa distância mostrava-se intransponível. Dia a dia, a capacidade de regulação e intervenção do Estado diminuía. Quanto mais a economia se desenvolvia, menos os poderes públicos podiam “desempenhar esse papel moderador” (DURKHEIM, 1997, pp. 62-63). Cada vez menos o Estado podia gerir o mercado, a indústria, etc., “em razão do distanciamento das coisas materiais” (DURKHEIM, 1992, pp. 229-230).

A princípio, Durkheim também avaliava que, mesmo se buscasse superar a distância que o separava da economia, o Estado não seria capaz de regulá-la. Antes, pelo contrário. De fato, como cérebro social, muitas vezes o Estado tentava “cumprir e desempenhar as funções reguladoras da vida eco-

nômica”. Porém, alertava, “ele [era] impróprio e sua intervenção, quando não [era] simplesmente impotente, [causava] perturbações de outra natureza” (DURKHEIM, 1997, p.68).

Mas, apesar de contundente, essa avaliação era muito genérica, impossibilitando saber quais perturbações o Estado provocava ao intervir na economia. Mas esse aspecto nem sempre permaneceu obscuro na obra do autor. Na resenha que fez do livro de Alfred Fouillée, por exemplo, Durkheim foi esclarecedor: contestando as propostas socialistas do texto que analisava, ele afirmou que

todas estas reformas [*acabar com o monopólio da propriedade fundiária e reduzir a renda do capital mobiliário*] não diminuiriam a desigualdade das fortunas. Tudo o que haveria de mudança é que o Estado viria lançar-se na disputa dos lucros e perturbar o jogo regular do mecanismo social. Ele falsificaria os impulsos naturais sem os substituir. Talvez conseguisse abrandar o ritmo da máquina, mas não a aperfeiçoaria. (DURKHEIM, 1987, p. 181)

Nessa passagem, Durkheim elucidava bem sua posição. Para ele, a economia, como mecanismo social, teria uma lógica própria, objetiva, que funcionava automaticamente. Tal fato implicava, de antemão, que qualquer intervenção, inclusive a do Estado, deformaria a natureza da economia. O que explicava por que a ação estatal não era capaz de solucionar em definitivo as instabilidades contínuas daquela parte da vida social. Explicava também por que a proposta socialista de cancelar a ordem econômica, em sua visão, era destituída de bases científicas.

De acordo com Durkheim, como em outras dimensões da economia, a solução era, antes de tudo, de ordem moral⁶. Sem dúvida, a moral não era estranha ao Estado; ele era sua encarnação maior. O problema encontrava-se no raio de ação do Estado, que não conseguia alcançar a economia.

Essa compreensão durkheimiana sobre o Estado foi se modificando ao longo do desenvolvimento de sua obra. Isso ocorreu, como será mostrado na Conclusão, à medida que ele foi voltando cada vez mais suas atenções para o fenômeno religioso, priorizando o estudo das primeiras sociedades em relação à modernidade. Assim, mesmo que pontualmente, quando for exigida sua opinião sobre os problemas sociais contemporâneos, em particular os relacionados à economia, ele enfatizará o papel do Estado.

6 “As teorias denominadas socialistas são essencialmente relativas a esta esfera especial da vida coletiva que se chama vida econômica. Isso não quer dizer que a questão social seja uma questão de salários; ao contrário, nós somos daqueles que pensam que ela é, antes de tudo, moral. Só que as transformações morais a que o socialismo aspira dependem de transformações na organização econômica” (DURKHEIM, 1987, p. 230).

3.3. As corporações como instrumentos da (re)moralização

3.3.1. A moral como fundamento da vida social

Em Durkheim, a vida social nunca pode ser pensada desprovida e independente de qualquer moral. Melhor, não há sociedade sem moral. Em suas reflexões, ao longo de toda sua obra, ambas sempre aparecem estreitamente associadas, uma pressupondo a outra.

Por que a moral tem esse poder de fundar a vida social? Segundo Durkheim, a resposta a essa pergunta encontra-se nas próprias características da moral. Por um lado, ela pode ser definida como um conjunto de regras de conduta. Diferentemente de outras, essas regras, quando violadas, implicam sanções para seus transgressores, fato do qual decorre a primeira característica da moral: ela é obrigatória. Por outro, as regras não podem somente pressupor obrigação, elas têm que significar algo para quem as segue. Elas necessitam que seus fins sejam desejados e desejáveis. Daí, sua segunda característica: a desiderabilidade (DURKHEIM, 2002, pp. 64-65).

Entre essas duas características, para Durkheim, a chave do segredo encontrava-se no caráter obrigatório da moral. A noção de dever, segundo ele, era impossível quando referida ao indivíduo isolado, em sua relação consigo mesmo. Ela estava implicada na relação de um indivíduo para com outrem; ou, conforme ele próprio diz, “não temos deveres senão em relação a consciências; todos os nossos deveres dirigem-se a pessoas morais, a seres pensantes” (Idem, p. 71). Tal relação, conseqüentemente, tendia a tecer vínculos entre os indivíduos. Eis as condições para a existência do ser social: sempre que o indivíduo segue regras de conduta, ele o faz tendo como referência outro indivíduo ou indivíduos e não a si mesmo.

O caráter socializador da moral podia ser revelado por outro ângulo. Durkheim mostrava, por exemplo, que a consciência moral nunca considerou como moral um ato que tivesse como objetivo o indivíduo ou os indivíduos em si. Segundo ele, “se cada indivíduo, considerado isoladamente, é incapaz de comunicar valor moral à conduta, isto é, se ele não tem valor moral por si, uma soma numérica de indivíduos tampouco poderia tê-lo” (Idem, p. 73). Ou seja, a moral nunca é de natureza egoísta; nem diz respeito a um indivíduo,

nem muito menos a vários indivíduos. Ela só existe nas e com as relações que eles estabelecem entre si. Melhor: a relação entre os indivíduos só pode ocorrer na sua presença.

Era nessa característica da moral que Durkheim identificava a origem do ser social. Esse só podia existir a partir do momento em que os indivíduos agiam orientados por regras de conduta. Isso porque, como enfatizava,

se apenas podemos estar ligados pelo dever a sujeitos conscientes, agora que eliminamos todos os sujeitos individuais, não nos resta outro objetivo possível para atividade moral que o sujeito *sui generis* formado pela pluralidade de sujeitos individuais associados de maneira a formar um grupo; resta apenas o sujeito coletivo. (Idem, pp. 73-74).

Assim, inextricavelmente, à medida que ultrapassava as individualidades, a sociedade pressupunha a moral para sua existência. Somente ela criava os laços de coesão e de solidariedade entre os indivíduos.

3.3.2. A (re)moralização da economia

A avaliação que Durkheim fez do estado da economia, como visto acima, foi toda ela fundamentada nessa compreensão da moral. Distanciando-se dos socialistas, a crise que grassava naquela função social, para ele, não podia ser explicada a partir de aspectos materiais em si, como baixos salários, redução do lucro, falências, etc. Na verdade, esses aspectos eram a expressão de algo mais profundo. Eles resultavam do estado de desregramento (moral) em que se encontrava a economia como um todo.

Para Durkheim, nem sempre a economia foi uma dimensão desregulamentada. Ao contrário, até a Idade Média – algo já mostrado anteriormente –, em virtude das atividades produtivas e da localidade dos mercados, *todos* os aspectos eram regrados. O problema surgiu quando a produção e o mercado se expandiram. Nesse momento, as atividades econômicas não foram acompanhadas de novos valores capazes de regulamentá-las, tornando as crises recorrentes.

A solução que Durkheim vislumbrava tinha como referência a sociedade anterior. Não que ele desejasse fazer retroceder a sociedade industrial à Idade Média. Isso não procedia nem era viável. Na realidade, sua proposta era retomar

as premissas que no passado fizeram funcionar as atividades econômicas de forma regular e estável. Para isso, seria imprescindível levar a efeito um processo de (re)moralização.

Para Durkheim, essa (re)moralização não ocorreria por encanto. Não viria natural ou automaticamente. Para se tornar realidade, seria necessário um determinado agente. Qual? Nesse ponto, Durkheim fez o seguinte esclarecimento:

Essa regulamentação, essa moralização, não pode ser instituída nem por cientista em seu gabinete, nem por um homem de Estado; ela não pode ser obra senão dos grupos interessados. Eis porque, como esses grupos não existem atualmente, nada há de mais urgente do que trazê-los à existência. (DURKHEIM, 1997, p. 69)

Que grupos seriam esses? Durkheim não os identifica nem nos órgãos do Estado, nem nos partidos políticos, muito menos nos sindicatos. O primeiro ainda mostrava-se incapaz – como já foi mostrado – em razão das funções econômicas serem muito especializadas e distantes dele. O mesmo ocorria com os partidos políticos. Quanto aos sindicatos, sua incapacidade de levar a moral para o seio do mundo econômico decorria de dois aspectos: primeiro, porque eles eram associações privadas, representantes de interesses particulares, incapazes de promover a unidade profissional em seu conjunto; segundo, como consequência, por não superarem e sim promoverem o estado de beligerância entre os diversos segmentos sociais (DURKHEIM, 1967, p. VII).

Para Durkheim, os únicos grupos que conseguiriam efetivar a (re)moralização da economia seriam as corporações profissionais, pois teriam a capacidade “de instituir, de fazer aceitar e de manter a disciplina necessária” (DURKHEIM, 1992, pp. 229-230). “O único que responde a estas condições é aquele que todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo formariam. É o que se chama de corporação ou grupo profissional” (Idem, p. VI). A corporação, o grupo ou agrupamento profissional, como indistintamente denominava Durkheim, era composto por todas as classes e segmentos sociais.

Em vários de seus escritos, Durkheim apontou recorrentemente dois aspectos que justificavam tal capacidade das corporações profissionais. Um deles mostrava claramente o quanto elas eram antípodas ao Estado. Enquanto este era distante e não conseguia alcançar as indústrias, por exemplo, o agrupamento profes-

sional correspondente a essa área da economia, por ser de natureza homogênea, estaria bastante próximo dos interesses que teria de regular, o que lhe permitiria não comprimi-los pesadamente (Idem). Regulada dessa maneira, essa função econômica poderia desenvolver-se sem abalos e contribuir com a vida social.

À primeira vista, poder-se-ia pensar que o poder das corporações decorreria de sua proximidade material com as funções econômicas. Mas, para Durkheim, o segundo aspecto desdizia tal interpretação. Na verdade, a capacidade de regulação das corporações originar-se-ia principalmente de sua natureza moral. Era isso que lhes permitiria “moralizar a vida econômica” (DURKHEIM, 1997, p. 67). A partir daí, todos os egoísmos e interesses particulares se curvavam frente a sociedade; todos os segmentos – patrões e empregados –, em razão de terem eles próprios formulado regras e normas, desempenhariam seus direitos e deveres a contento:

Aquilo que antes de mais vemos no grupo profissional é um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um mais vivo sentimento da sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique tão brutalmente às relações industriais e comerciais.” (DURKHEIM, 1967, p. XII)

Essa regulação promovida pela corporação profissional, diferentemente do que se podia acreditar, não teria seus efeitos confinados ao mundo econômico. Por sua densidade e fundamento morais, suas consequências seriam extensivas às demais dimensões da vida social. Isso ocorreria, na opinião do autor, em razão de todas as pessoas terem interesse pela força das normas morais.

Assim, antes de tudo, Durkheim entrevia na corporação profissional o meio adequado para superar o caótico estado da economia, com seus efeitos funestos para o resto da sociedade, em virtude de sua natureza preponderantemente moral. E não apenas isso. Ele acreditava que esse tipo de corporação conduziria de modo objetivo à vida moral. Tal crença era justificada do seguinte modo:

Ora, uma vez formado o grupo [*profissional*], é impossível que dele não brote vida moral própria, com a marca das condições especiais que lhe deram origem. Pois é impossível que homens vivam juntos, estejam em comércio frequente, sem que adquiram o sentimento do todo por eles formado, liguem-se a esse todo, preocupem-se

com ele, levem-no em conta na conduta. Ora, esse apego que ultrapassa o indivíduo, aos interesses do grupo social ao qual pertence, é a fonte mesma de toda atividade moral. (DURKHEIM, 1997, p. 62)

O grande problema era que as corporações não existiam. Na verdade, elas tinham existido até fins da Idade Média e o início da sociedade industrial. Ao defendê-las, Durkheim procedia com o intuito de mostrar sua atualidade e a necessidade de elas serem novamente constituídas:

Ora, para que esta moral profissional possa se estabelecer na ordem econômica, é necessário que o grupo profissional, que é quase ausente nesta região da vida social, se constitua ou reconstitua. Pois só ele pode elaborar a regulamentação que é necessária. (Idem, pp. 55-56)

Mas, o que justificaria a retomada e a reconstituição de uma instituição que sucumbira ao advento da sociedade industrial?

O principal argumento utilizado por Durkheim era a perenidade histórica dessas organizações profissionais. Elas haviam estado presente em todas as sociedades desde que a família perdera o controle sobre as atividades produtivas. Em todas as sociedades, desempenharam papéis importantes. Essa recorrência era a prova mais contundente dessa importância. E, por isso mesmo, não poderia ser atribuída a “uma particularidade contingente e acidental; menos ainda [era] possível admitir que ela [tivesse] sido o produto de não sei qual aberração coletiva” (DURKHEIM, 1967, p. XI).

Conclusão

Mesmo tomando como referência esta reflexão fragmentária de Durkheim sobre a economia, foi possível apresentar seu original diagnóstico da economia do século XIX, bem como a solução para o impasse em que ela se encontrava. O principal problema identificado por ele foi o fato de o desenvolvimento da economia e a amplitude ela que ganhou no mundo moderno terem se processado desvinculando-se de toda e qualquer moral, algo desconhecido até então na história. Como solução, ele propôs (re)moralizar a economia, ou seja, assim como toda a vida social fundamenta-se e é de natureza moral, não haveria razão para que essa dimensão tão importante da modernidade fosse exceção.

O problema de sua análise encontrava-se justamente nesse ponto. Fazia sentido o que Durkheim dizia sobre a economia na Idade Média. De fato, lá ela era uma esfera da vida social subordinada a valores morais, que ditavam suas normas, finalidades, etc. Isso era possível, ao que parece, em virtude de ela estar voltada exclusivamente para a subsistência.

Já no caso da sociedade moderna, ou industrial, como chamava, as coisas ocorriam de outra maneira. Nela, o aspecto de subsistência deixa de ser a finalidade principal da economia. Esta funciona com vistas a garantir preponderantemente a acumulação de riquezas, o que a torna extremamente dinâmica. Para isso, cada vez mais, ela prescindiu dos valores tradicionais, familiares, religiosos, etc., colocando em seus lugares relações monetárias e impessoais; e, quanto mais se desenvolveram, mais essas relações penetraram e penetram nas vidas das pessoas.

Parece um tanto quanto difícil, principalmente em razão dos fundamentos do capitalismo, que dentro dessa sociedade seja possível à moral recolonizar a economia plenamente. Por mais que se queira domá-la, ela sempre apresenta a tendência a – e seus principais agentes, o desejo de – fugir dos quadros normativos.

Algo similar se passava na defesa das corporações. Tais corresponderam a sociedades militarizadas, como a romana, ou autárquicas, como a feudal. Corresponderam também àquelas em que preponderava a economia de subsistência.

Porém, parece pouco verossímil que tais organizações conseguissem soerguer-se novamente em um mundo em que o mercado ganhou tanta importância que invadiu e ainda invade várias dimensões da vida social, como o próprio Durkheim ressalta. Nesse contexto, é pouco provável que os empresários, por exemplo, se entendam entre si para combinar seus respectivos lucros.

É possível que esses problemas teóricos expliquem por que os economistas, as reflexões sobre a economia e o estado em que ele se encontrava foram desaparecendo dos textos durkheimianos em fins do século XIX e século XX. Segundo levantamento de Philippe Steiner, após *O suicídio*, publicado em 1897, até sua morte, em 1917, Durkheim só se referiu aos economistas 57 vezes (STEINER, 1994, p. 137). Em relação à economia e ao seu estado, as coisas não foram muito diferentes. Ele ainda chegou a tratar do tema em 1908 e 1909, mas apenas teoricamente. as análises sobre o estado da economia só apareceram em um único texto no século XX.

Talvez essa dificuldade teórica de compreender a sociedade industrial explique por que pouco a pouco a religião ganhou prioridade em seus estudos. Como mostra Lacroix, Durkheim substituiu uma “teoria do homem socializado” por uma “idealização do que socializava o homem” (LACROIX e LANDERER, 1972, p. 291). Era como se o método científico tivesse sido contaminado pela religião. Ele teria enveredado por uma perspectiva metafísica⁷ (CUVILLIER, 1948). Em síntese, a religião passou a ser tomada como o fundamento primeiro da socialização humana, e a questão social ficou relegada a segundo plano.

Por paradoxal que pareça, de certo modo encontramos a confirmação de tal conclusão no próprio Durkheim: meses antes do seu falecimento, ele foi instado a responder sobre o futuro da política. Diferentemente da posição anterior, em “A política de amanhã”⁸, ele substituiu o ceticismo pela certeza de que a (re)moralização da economia só podia ser alcançada via Estado. As corporações não são sequer mencionadas.

No início do artigo, Durkheim explicava que, após a guerra, antes da intensificação das atividades comerciais e industriais francesas, “será necessário organizá-las” (DURKHEIM, 1999, p. 9). Segundo ele, ao longo do século XIX e do início do seguinte, o desenvolvimento econômico foi acompanhado de um amadurecimento do pensamento social, que tomou consciência da necessidade de tal organização. Isso lhe permitiu avaliar em seguida que, como um dos resultados da guerra, os cidadãos terão um sentido social avivado, capaz de subordinar seus interesses, principalmente o econômico, aos interesses da sociedade. Nessa nova realidade, conseqüentemente, o liberalismo econômico teria pouco peso. Esse quadro o levava à seguinte conclusão:

Não somente na França, mas na Inglaterra, isto é, no país que até o presente era reconhecido como a terra da predileção do individualismo, nós vemos hoje milhares de fábricas, ontem independentes, submetidas ao controle do Estado. Ferrovias, companhias de navegação, minas, etc. tornaram-se verdadeiros serviços públicos. Os particulares são obrigados a dividir com o Estado seus lucros mais legítimos, pelo menos aqueles que se passavam como tais antes da guerra, e todo mundo acha essa divisão natural. O próprio consumo está submetido à mais severa regulamentação. O capricho individual não pode mais dar para si plena liberdade. (Idem, pp. 10-11)

7 Segundo Armand Cuvillier, a partir de 1898, quando Durkheim escreveu o artigo “Representações Individuais e Representações Coletivas”, “insistirá mais e mais sobre o papel destas representações e suas interpretações tomaram mais e mais um caráter idealista”.(Id. Ibidem, p. 84).

8 O artigo foi publicado em abril de 1917, no jornal *La Dépêche de Toulouse*, sete meses antes do falecimento de Durkheim. O referido periódico era porta-voz do pensamento republicano radical.

Referências

- BELLAMY, Richard. (1994), *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo, Editora Unesp.
- BOUJU, Paul M. [e] DUBOIS, Henri. (1967), *La Troisième République*. Paris, PUF.
- DURKHEIM, Émile. (1967), *De la division du travail social*. Paris, PUF.
- _____. (1975), *Textes: 1. Éléments d'une théorie sociale*. Paris, Minuit.
- _____. (1987), *La science sociale et l'action*. Paris, PUF.
- _____. (1992), *Le socialisme*. Paris, Quadriage/PUF.
- _____. (1997), *Leçons de sociologie*. Paris, Quadriage/PUF.
- _____. (1999), "La politique de demain". Em: *Durkheimian Studies*. Vol. 5. Oxford/Nova York, Berghahn Books.
- _____. (2002), *Sociologie et philosophie*. Paris, Quadriage/PUF.
- GIDDENS, Anthony. (2002), *Capitalism & Modern Social Theory*. Cambridge (Reino Unido), Cambridge University Press.
- LEVASSEUR, Émile. (1907), *Questions ouvrières et industrielles en France sous la Troisième République*. Paris, Arthur Rousseau.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1964), *História da análise econômica (Parte IV/Parte V)*. Rio de Janeiro, Centro de Publicações Técnicas da Aliança Para o Progresso.

